



## A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO, CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES: CURRÍCULO E IDENTIDADE ÉTNICA

Josevandro Chagas Soares<sup>1</sup>

### **Escola: um espaço onde tudo acontece**

Quando falamos em currículo no campo educacional, não estamos nos referindo apenas aos conteúdos, aos métodos ou a práxis pedagógica, mas também a história dos sujeitos, atores/autores, ao cotidiano da comunidade e sua relação com a escola. A escola não é um espaço neutro, nem deve ser um espaço de exclusão, pelo contrário, deve ser um espaço de produção de conhecimento, exercício da cidadania, de constituição/afirmação e produção de identidades.

Nesse ontológico espaço de realizações, encontramos elementos para a realização deste estudo. A escola, ao ser separada da sociedade, foi transformando suas funções. Concebendo-a enquanto espaço sócio-educativo-cultural, com o seu sucateamento, fadiga dos professores e desinteresse por parte de alguns gestores, tornou-se símbolo da decadência de uma sociedade. A violência, a indisciplina dos alunos, reflete o presente do cotidiano escolar. A sociedade que poderia ser vista como *ágora* – espaço da ação do conhecimento nas suas acepções políticas e estéticas – assemelha-se mais ao coliseu em que a camada dos menos favorecidos aparece no centro e seus protagonistas são transformados em gladiadores que lutam até a morte para manutenção/divertimento das camadas superiores. É neste contexto que as inquietações sobre *A Escola enquanto espaço de formação, construção e afirmação de identidades* ganham corpo:

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação na Universidade Federal da Bahia. E-mail: vandofilo@hotmail.com



**Anais**  
**V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**

O foco na identidade, no âmbito da educação, revela-se indispensável. Qualquer teoria pedagógica precisa examinar de que modo espera alterar a identidade do/a estudante. O fim do ensino é que o/a aluno/a aprenda a atribuir significados e a agir, socialmente, de modo autônomo. Essa perspectiva exige a aprendizagem de saberes e habilidades, a adoção de valores, bem como o desenvolvimento da identidade pessoal e da consciência de si como um indivíduo que, inevitável e continuamente, deverá julgar e agir. Essa consciência é indispensável para a atividade racional que todos efetuamos e para a livre opção em situações difíceis, nas quais muitas vezes precisamos saber "dizer não". (MIEDEMA & WARDEKKER, *apud* MOREIRA e CÂMARA, 2008, p. 39).

Assim, entendo o currículo também enquanto espaço político cultural, e os professores não como meros profissionais da educação, que só sabem “dar aulas”, mas como pesquisadores e produtores de conhecimento, e o mais importante, são os professores atores-autores/a-agentes de sua própria história, e também fazedores da história da escola e de outras histórias. Ouvi certa vez Pedro Demo falar “professor no Brasil não ensina, dá aula”. Ao ouvir aquelas palavras, fiz uma introspecção e me perguntei “que professor sou eu?” O que dá aula ou o que “ensina”? Ainda não consigo responder, espero que, quando conseguir, seja o professor que, ao ensinar, promova condições para aprendizagem, fomenta e estimule o desejo de aprender, a curiosidade. Não podemos esquecer que o necessário movimento da aprendizagem quem faz é quem também aprende. “O currículo corresponde, em síntese, a uma forma política cultural, acentuando-se, com a expressão ‘política cultural’, a dimensão do processo de escolarização.” (MOREIRA *apud* GIRUOX e MCLAREN, 1995, p.10)

Comungo com o professor Antonio Flávio Moreira (1995), quando este propõe que a universidade estimule a escola a desenvolver seu projeto político pedagógico para o interesse e,



**Anais**  
**V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**

mais ainda, para as necessidades das crianças. Desta forma, penso que a escola deve desenvolver seu projeto político pedagógico para as necessidades de uma sociedade que está em processo contínuo de transformação.

Estamos em um momento importante em nossa história. Um momento que não está sendo respeitado por alguns militantes da esquerda ou direita ou que se dizem ser, que estando à frente de instituições, transformam a beleza da luta em mero objeto de barganha para adquirir cargos e privilégios. Mesmo com esses aproveitadores que fazem sua história nas sombras de outras histórias, devemos comemorar, pois a sociedade, em seu processo de transformação, chegou ao estágio de caos e está em busca de uma ordem, não no sentido positivista do início do século XIX, que esteve presente desde a Proclamação da República em nosso país enquanto organização estanque, falo de uma ordem de mudanças por meio da ação, do movimento. Sendo assim, no ano de 2002, o povo brasileiro que, superando o processo de transição, elege para presidente um representante oriundo da camada popular, que conheceu e vivenciou a pobreza e as dificuldades que o povo passava.

É na gestão deste presidente que é sancionada, após dezenas de anos de movimentos e lutas da sociedade civil organizada, uma Lei que altera a LDBEN, no sentido de uma política anti-racista, que para além da reparação, visa a formação via conhecimento histórico. A Lei 10.639/03 apresenta no Art. 26-A a ampliação do tema África, que estava sendo parcamente trabalhado na escola pública e o amplia para as escolas particulares. É a partir dos debates promovidos pelos órgãos centrais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Salvador, nas discussões em torno da implementação da referida Lei, nas Escolas Públicas Municipais de



Salvador, que se consolida minhas inquietações e a busca pelas compreensões possíveis em torno do tema, e especialmente em discutir qual a função política e social dessa Lei e suas implicações no contexto escolar.

Penso que com a sanção da Lei 10.639/03 - que além de ser uma Lei sociopolítica, também, é uma lei de política identitária do currículo escolar – nem a sociedade nem a escola ficarão imunes a esse movimento. Não me arvore a fazer previsões das conseqüências de tal evento, pois entendo que uma co-relação de forças está envolvida na dinâmica desse processo, mas já começamos a perceber uma desacomodação entre os agentes sociais.

Este trabalho apresenta um estudo que tem como foco compreender como o currículo e a escola podem contribuir na formação, construção ou afirmação de identidades, destacando a identidade negra.

Comungo dos princípios epistemológicos sobre currículo de Antonio Flávio Moreira, Tomaz Tadeu da Silva e principalmente Roberto Sidnei Macedo quando este compreende o currículo enquanto “uma construção/produção sociopedagógica, cultural e política, feita pelos atores/autores dentro de uma ‘dada’ historicidade” (MACEDO, 2003, p.96). Bem como os *atos de currículo* compreendido como toda “ação socioeducacional”.

Para fazer esta viagem, começo discutindo o conceito de *atos de currículo*, como conceito importante para a compreensão do contexto escolar além da sala de aula e das disciplinas escolares, compreender a relação da escola com a comunidade, os pais e os órgãos públicos, a



exemplo do Conselho Tutelar e Juizado de Menores. Nesse processo de co-relação, o professor tem um papel de grande importância, no que chamo de reconstrução da escola a partir de um novo projeto político pedagógico, que atenda as necessidades dos professores, dos educandos-agentes, do corpo técnico administrativo e da comunidade.

Falo de uma escola ativa, ciente dos problemas sociais enfrentados por seus agentes, de uma escola na qual os professores tenham um ambiente de trabalho com condições adequadas para que possa ocorrer o fenômeno do ensino-aprendizagem. De uma escola que entenda o currículo não como um rol de conteúdos, mas que entenda o currículo com mobilidade, um currículo que possibilite a criação, re-criação, construção e desconstrução de conhecimentos e habilidades, um currículo que seja adequado à realidade e aos tempos de cada estudante, que incentive os professores a ousar e a se superar. Um currículo que transforme a escola em espaço de criação, produção e ação dos saberes, seja escola pública ou privada, penso que ambas devem ter qualidade, para contribuírem para a formação de uma consciência planetária.

### **O que são os atos de currículo?**

O termo *Atos de currículo* é um conceito que vem sendo desenvolvido pelo professor Roberto Sidnei Macedo, que entende que o currículo não deve ter só um caráter formativo e normativo, mas sim ter um caráter libertário e identitário. Segundo Macedo, a denominação *atos de currículo*

parte da premissa de que o currículo, por mais que possa adquirir uma certa autonomia em relação aos seus pensadores, construtores e /ou executores (o currículo instituído, visto enquanto uma estrutura que constrange e altera pelos processos formativos), se consubstancia enquanto processo instituinte incessante pelas ações concretas dos atores



**Anais**  
**V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**

educativos, ou seja o currículo é uma construção/produção sociopedagógica, cultural e política, feita e refeita pelos seus atores/autores dentro de ‘dada’ historicidade, coletivamente configurada, em que sempre se vivencia certas hegemonias de cosmovisões, visões de homem, de educação, de ensino e de aprendizagem” (MACEDO, 2000, p. 95-96).

A partir das reflexões de Macedo, encontro a relevância de investigação do referido tema, pois entendo a Escola como um dos fios condutores que ligam os indivíduos à cultura e a cultura aos indivíduos.

Por que falar em Identidade e Identidade Étnica?

Identidade é um tema relevante nas discussões de autores contemporâneos como Antonio Flávio Moreira e Michele Januário Câmara. Segundo eles, “a temática da identidade constitui, contemporaneamente, relevante objeto de estudo para a teoria social e para as teorizações sobre educação” (MOREIRA e CÂMARA, 2008, p. 38), re-significação das identidades, (de)formação ou afirmação em um contexto multicultural que provoca várias indagações de ordem política, educacional, filosófica e cultural.

Tomamos inicialmente duas obras de Stuart Hall: *Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2006) – na qual chamamos atenção para o argumento sobre os processos identitários em contextos multiculturais, e a coletânea *Da Diáspora*, especialmente, um artigo intitulado *Que ‘negro’ é esse na cultura negra?* – no qual o autor compreende que a substituição da invisibilidade é um tipo de visibilidade meticulosamente controlada. Segundo Hall (2000),



estamos presenciando um fenômeno mundial que ele chama de “crise de identidades”. Para ele, a identidade é constituída na relação intrínseca entre o eu e o grupo social.

Ao longo da história da humanidade três concepções de sujeito foram responsáveis pela constituição de nossa identidade, iniciando pelo sujeito do Iluminismo, que se centrava no indivíduo único, dotado da capacidade da razão o sujeito sociológico que refletia na complexidade do mundo moderno e a falta de liberdade do sujeito e o sujeito pós-moderno, cuja identidade tornou-se heterogênea, fluída ou híbrida. (HALL, 2006)

Enquanto professor de História do Ensino Fundamental (1º e 2º Ciclos), do Ensino Médio e Filosofia no Ensino Fundamental 2, período de contínuo aprendizado acerca do mundo, bastante complexo e itinerante para os estudantes e também para os professores, comecei a observar como os primeiros reagiam diante das transformações socioculturais e morais em seus ambientes.

Nas aulas de História, quando procurava estabelecer relações entre o passado e o presente, percebi que os estudantes do Ensino Médio não se interessavam pelos conteúdos ministrados em sala, principalmente quando era feita a relação entre passado presente, que julgava ser importante contribuição no processo identitário, e de afirmação, aceitação, re-significação ou na construção de identidades, principalmente da afirmação da identidade étnica, a partir da ancestralidade, pois o presente, em parte, foi constituído e pode ser parcialmente compreendido com auxílio do estudo do passado.



A nova ordem política mundial e nacional, esta em que nós brasileiros somos mais diretamente co-autores, reflete no processo identitário, no contexto multicultural, na identificação e aceitação da ancestralidade, especialmente a ancestralidade afro-descendente, pois ainda hoje sofremos com a exclusão social, educacional e política, como nos demais países que têm uma mancha de sangue na sua história enquanto povo colonizado.

Assim, com esse estudo, procuro entender especialmente o itinerante processo de re-significação da identidade negra, a partir da função política e social do Currículo Escolar. Ora, na história dos conflitos raciais, o branco sempre representou o poder hegemônico, sinônimo de europeu “civilizado”, “bom” e “belo”. Já o negro representa o “paganismo”, a “inferioridade”, sinônimos de “sujeição”, “exclusão”, “indolência”, “feiúra” e “marginalidade”. Esses eram visto por alguns pensadores dos séculos XVIII e XIX como primatas incapazes de construir história. Essas representações foram impressas principalmente na história do Brasil.

Falar em identidade numa perspectiva histórico-social e multicultural é buscar uma nova perspectiva acerca da história de nossos antepassados, a re-significação da identidade negra é uma categoria que possibilita o entendimento do processo de criouliização, que penso ser um ponto de partida do entendimento da riqueza e da beleza da cultura do Brasil. Uma cultura cosmopolita, que até então sempre teve como referência a hegemonia da cultura branca. A mistura de culturas gerou outras necessidades, essa dinâmica social deu origem a outras nações e contribuiu para o surgimento de novos processos identitário. Extinguindo assim, as fronteiras que sustentavam a monoreferencialidade cultural.

**A importância da (re) significação da identidade negra na cultura baiana**



**Anais**  
**V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**

A cultura baiana sempre foi vista como representante da cultura negra no Brasil. É de suma importância trazer para o centro das atenções, a discussão que já tem uma história sobre a construção da identidade e a re-significação da identidade negra, uma vez que se trata de vozes que eram ignoradas e agora começam a ter seus gritos de tormento, dor e, sobretudo, seu clamor por justiça ouvido pela sociedade, através dos novos movimentos sociais, que representam hoje os interesses das chamadas minorias, contrapondo-as à classe dominante.

Nesse contexto, a escola, na tentativa de re-significar o seu projeto político pedagógico, revê seu currículo mínimo, e luta para recuperar sua função socioeducativa junto à comunidade. A comunidade é chamada a se aproximar da escola e dos professores, para, numa co-relação, lutar por uma escola autônoma e democrática, e assim reverter os maus tratos do sistema político e participar do processo formativo de seus atores/agentes sociais.

Nos bairros da cidade de Salvador, crianças e jovens em idade escolar e adultos semi-alfabetizados vivem e crescem quase sem ter perspectiva de futuro, às vezes sem perceber que vivem sem condições de humanidade, totalmente fora dos planos da sociedade contemporânea. Para muitos, a escola poderia ser o caminho de esperança. Contudo, o descaso secular com a educação pública, seus currículos instituídos sem atrativos significativos para a formação, os professores fadigados, o pessimismo implantado e alguns desses professores sem identificação com o fazer pedagógico corroboram com o distanciamento entre a escola e a comunidade.



A Bahia tem uma grande diversidade cultural, local onde os ritmos se misturam com as crenças. Nesses espaços, as intolerâncias e as dificuldades convivem lado a lado. A Bahia das poesias, dos contos de Jorge Amado, “dos cantos e encantos” reflete a diferença que afirma as identidades aqui construídas, fruto de uma grande miscigenação. Assumimos papéis na sociedade enquanto atores e autores dos processos identitários e sociopolíticos de nossa sociedade. Por esse motivo, problematizar a re-significação da identidade negra nos provoca reflexões bastante implicadas com a vida do nosso povo.

Tais reflexões nos remetem a outra discussão bastante atual sobre as interfaces entre currículo e “atos de currículo” e entre processos identitários e identidade “negra”. É no calor do debate, que busco compreender como as políticas educacionais e os “atos de currículo” podem contribuir no processo de re-significação e afirmação da identidade negra na sociedade, do ponto de vista político e educacional.

### **Educação e identidade negra: reflexões e desafios**

No atual contexto em que a sociedade brasileira se encontra, discutir a temática da *identidade* e principalmente da *identidade negra* torna-se imprescindível nas reflexões das práticas curriculares dos autores, atores e agentes pedagógicos,

[...] no que diz respeito às relações étnico-raciais ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de um sociedade justa e democrática (CNE/CP, 2004).



A implementação da lei 10.639/03 nas escolas oficiais e particulares trouxe à tona uma discussão que estava adormecida, que circulava no contexto das Ciências Sociais e agora passou a fazer parte da pauta de discussão nos espaços de formação da chamada Pós-modernidade. “A identidade étnica e racial é, desde o começo, uma questão de saber e poder” (SILVA, 2004, p. 100). Há espaços pedagógicos nos quais a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana aparecem como “luz para cegos”; considerando que, em um primeiro momento, a luz, ao penetrar na retina, causa uma dor e uma cegueira momentânea, que se misturam ao medo do desconhecido. Em um segundo momento, as dificuldades em lidar com a nova realidade, de re-significar valores, de avaliar resistências internas e externas, criam configurações complexas. Apesar destas complexidades, podemos inferir que, em alguns segmentos, os diálogos estão voltados para um debate, em certa medida dogmático e político-panfletário<sup>2</sup>.

Noutros segmentos, como por exemplo, em algumas instituições escolares, observamos que a temática é tratada de forma eventual, em momentos comemorativos tais como: Dia do Folclore e Dia da Consciência Negra. Nesses eventos, pouco se pensa que tipo de currículo seria pertinente para que as políticas afirmativas de reparação étnico-racial impactassem no cenário da educação brasileira, principalmente nas escolas públicas. Vejamos alguns espaços lacunares capazes de inquietar:

---

<sup>2</sup> Estudemos por exemplo o discurso de políticos que afirmam a utopia da democracia racial na apresentação do Estatuto da Igualdade Racial ou nos discursos acerca da implementação da lei 10.639/2003, nos currículos escolares.



**Anais**  
**V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**

- Distância entre as construções teóricas e os processos de formação cultural de identidades dentro do contexto das escolas.
- Desmistificação de elementos constitutivos da cultura afro-descendente, tais como o candomblé e a capoeira. Mas que não tem afetado de forma contundente a lógica etnocêntrica<sup>3</sup>.
- Distância entre o conteúdo macro-social e o micro-social, trazendo para o cotidiano escolar a cultura e demandas dos sujeitos educativos.

Desta forma é preciso re-elaborarmos, o mais socializadamente possível, formas de trabalharmos o conhecimento histórico como uma referência integrada aos demais conhecimentos no processo formativo.

A comissão do Conselho Nacional de Educação, constituída por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo e Marília Ancona-Lopes, instituída para regulamentar a lei 10.639/2003 no seu relatório se pronuncia:

Nesta perspectiva, [o Parecer] propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

---

<sup>3</sup> Observemos que algumas escolas incluem na sua rotina um momento para reflexões religiosas utilizando a oração do “Pai Nosso” ou outras orações de um caráter cristão, mas raramente vê-se incluída nestes espaços uma expressão da religiosidade de matriz africana, mesmo em Salvador, município com cerca de 2000 terreiros de candomblé.



**Anais**  
**V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos (CNE/CP, 2004).

Dessa forma proponho-me a reflexão cuja questão não está em saber apenas que tipo de currículo é pertinente para contribuir significativamente para uma formação democrática, mas compreender como os “*atos de Currículo*” devem/podem contribuir na re-significação da identidade negra em espaços educacionais. Discutir não apenas a aplicabilidade da Lei Federal, mas dialogar com aqueles que conhecem a realidade cotidiana das comunidades em que suas escolas estão inseridas para compreendermos como os atos de currículo podem contribuir significativamente na formação autônoma dos atores e autores sociais para o exercício da cidadania.

Entre os diversos autores que estudam o currículo, destaco os professores Roberto Sidnei Macedo e Antonio Flávio Barbosa Moreira, que entendem que o currículo tem um caráter identitário. Pois como nos diz Moreira (2006, p. 7) “[...] tanto é importante perceber as identidades que vêm sendo formadas, como discutir as identidades que queremos formar por meio do currículo [...]”. É a crença que esse currículo identitário possa estabelecer um elo entre a escola e a comunidade e que realmente ofereça instrumentos de auto-afirmação e identificação, que despertou o interesse da realização da pesquisa. É esta crença na possibilidade de uma democracia gestada nas entranhas do autoritário acultramento histórico que a educação brasileira vem tentando se libertar, que impulsiona o desejo de propor uma re-leitura do papel do importante que a Cultura Negra teve e tem na sociedade brasileira. Em assim sendo poder-se-ia re-escrever a história com nossas cores e valores, assumindo a autoria diferentemente do



contexto em que sempre estivemos anônimos por muito tempo na História da formação do povo brasileiro.

### **Raça e etnia: conceitos importantes na re-significação da identidade negra**

A distinção entre o conceito de raça e o conceito etnia é complexa no atual contexto e vem provocando debates de ordem biológica, contrapondo-se a perspectiva histórica, dividindo a comunidade científica. Há aqueles que defendem a existência de uma única raça, a humana, e outros que defendem a etnia enquanto origem geográfica e cultural.

O professor Kabengele Munanga, em seu artigo *Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia* afirma que: “uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, tem um ancestral comum; tem uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmo visão; uma mesma cultura e mora geograficamente num mesmo território” (MUNANGA, 2007, p. 13). O termo raça neste artigo é atribuído a um significado político constituído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por outro lado, encontramos argumentos que defendem a existência de uma única raça, procuram encobrir a História dos racismos, xenofobias e as conseqüências irreparáveis provocadas por ele.

Recentemente o biólogo norte-americano James Watson, co-descobridor da estrutura do DNA e ganhador juntamente com Francis Crick do Prêmio Nobel de Ciências, afirmou ao jornal



britânico o “*The Sunday Times*” que os brancos são mais inteligentes que os negros. Segundo ele:

Todas as nossas políticas sociais são baseadas no fato de que a inteligência deles [dos negros] é igual à nossa, apesar de todos os testes dizerem que não. Pessoas que já lidaram com empregados negros não acreditam que isso [a igualdade de inteligência] seja verdade (GARCIA, 2007).

As conseqüências dessas declarações no imaginário coletivo são devastadoras. Declarações como esta é um ato de “violência simbólica” (BOURDIEU). Se a inteligência tivesse relação com a cor da pele ou localização geográfica como afirma o biólogo norte-americano, o continente Africano, com suas adversidades climáticas, geográficas e ecológicas, não teria a população que tem, pois os seres humanos, nossos ancestrais, conseguiram sobreviver, graças a sua destreza, compreensão da realidade e visão de mundo.

É em meio a essas relações de lutas que, “o indivíduo constrói a sua identidade através dos vários grupos de que faz parte, como a família, os amigos, ou a escola, desempenhando papéis diversificados” (SILVA, 1995: 26). E contemporaneamente este jogo de relações conta com a participação ineliminável da escola, dos professores, da comunidade promovem articulações, que fomentem os agentes-sujeitos-atores. Então a discussão entre os conceitos de raça e etnia são fundamentais para a compreensão do *Papel do currículo na re-significação da identidade negra*. Ademais, pensar a construção da **identidade** constitui-se um ato político, pois:

o afro-descendente passa a sentir-se aceito, com propósito de vida, a estar profundamente enraizado na cultura negra, sem deixar de perceber as condições às quais



está submetido em um mundo que o vê com preconceito. As matrizes africanas passam a ser efetivamente afirmadas (FERREIRA, 2004, p.84).

### Considerações finais

Nas escolas hoje, encontramos uma variedade de estereótipos construídos de acordo com as modas, ideologias e a estigmatização do afro-descendente na sociedade. Os estereótipos não estão apenas nas relações, na estética dos atores sociais, mas também, nos materiais didáticos utilizados por eles. O estigma da submissão está nas literaturas, nos livros didáticos e meios de comunicação de massa, especialmente nos programas de televisão.

Ana Célia da Silva (2004), autora da obra *A discriminação do negro no livro didático*, enfatiza: “a imagem que o branco faz do negro é construída com detalhes, anedotas, contos provérbios, noticiários de jornais, artigos de revista, programas e anúncios de TV”. (SILVA, 2004, p.41). Acredito que estes componentes da vida socioeducacional – *atos de currículo* – corroboram com o currículo na posição de um dos responsáveis na disseminação da ideologia dominante. A escola sempre foi utilizada pelo Estado, representante da classe dominante, como “aparelho ideológico” (ALTHUSSER) com a função de controle social.

Sendo assim;

A ideologia que os currículos escolares expande, por ser hegemônica na sociedade, passa a constituir-se na “realidade” social para os diversos segmentos, que interiorizam profundamente os princípios que norteiam a ordem social existente, como a desigualdade social e a aparente estabilidade social e aparente estabilidade social e ideológica (SILVA, 2004, p.42).



Os livros didáticos, os apelidos e até mesmos os adjetivos utilizados em nosso vocabulário são evidências de que no imaginário coletivo o estigma tem muita força. A pergunta que surge em meio a essas reflexões e devaneios é: será possível (re) significar no inconsciente coletivo as marcas forjadas “a ferro e fogo” no processo histórico da formação de nossa sociedade? Penso que sim, através das políticas de inclusão das chamadas “minorias”, que se destacam no meio do caos social, de um povo que não se contenta mais com migalhas e sobras, e busca produzir seus conhecimentos e consumir os avanços científicos e tecnológicos de nossos tempos.

### Referências

CNE. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília-DF, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*: Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Que negro é esse na cultura negra? In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. org. Liv Sovik; trad. Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

GARCIA, Rafael. Africano é menos inteligente, diz Nobel. In *Folha on-line*. Disponível em [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br) acesso em 10/04/2008.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Currículo: conceito e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. *Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercrítica*. Salvador, EDUFBA, 2007.



**Anais**  
**V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**

MEC; BID; UNESCO. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para todos)

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo: espaço de produção de identidades. In. *Revista Presente*. n° 52. Ano 14 Salvador. março 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In *ação educativa*. Disponível em [www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem)

SILVA, Consuelo Dores. *Negro, qual é o seu nome?* Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2004.